



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos

Processo Administrativo nº 3194/2026

Anexo nº 1851

Documento de Formalização da Demanda nº 3092

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ração para cães para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Marialva – PR, por Pregão, em forma Eletrônica, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	113534 - RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS DE PORTE MÉDIO E GRANDE, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COMPOSIÇÃO: FARINHA DE VÍSCERAS DE AVES, FARINHA DE CARNE E OSSOS, QUIRERA DE ARROZ, MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARINHA DE BATATA DOCE, GORDURA SUÍNA, GORDURA DE FRANGO, POLPA DE BETERRABA, PROTEÍNA CONCENTRADA DE SOJA, FARELO DE SOJA, ÓLEO DE PEIXE, FARELO DE GLÚTEN DE MILHO, EXTRATO DE YUCCA SCHIDIGERA, ZEOLITA, LEVEDURA SECA DE CANA – DE – AÇÚCAR, LEVEDURA SECA DE CERVEJARIA, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), SULFATO DE GLICOSAMINA, SULFATO DE CONDOITINA, CLORETO DE POTÁSSIO, CARBONATO DE CÁLCIO, MANANOLIGOSSACARÍDEOS, VITAMINAS (A,D3,E,K3,B1,B2,B6,B12,C.), ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA, ÁCIDO FÓLICO, IODATO DE CÁLCIO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE FERRO, LEVEDURA ENRIQUECIDA COM SELÊNIO, ZINCO, CLORETO DE COLINA, DL-METIONINA, ÓXIDO DE MANGANÊS, NIACINA, PROPIONATO DE CÁLCIO, COBRE AMINOÁCIDO QUELATO, TAURINA, PAREDE CELULAR DE LEVEDURA, ACIDIFICANTE, ANTIOXIDANTES (BHA E BHT), PALATABILIZANTE.	QUILO	2.000	5,53	11.060,00

1.2. A opção recai por Pregão Eletrônico justifica-se pelos objetos encontrarem-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados a partir da data da assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de prorrogação contratual, o índice de reajuste utilizado será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Resumidamente, a contratação refere-se a aquisição de ração para cães adultos raças médias e grandes porte para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços



Públicos de Marialva – PR. Tendo em vista que é essencial para manter o adequado atendimento animais acidentados, que são resgatados e após cuidados veterinários são abrigados neste setor até sua recuperação e, posterior adoção. Assim, proporcionando o cuidado necessário para a saúde destes, as quais suas integras encontram-se pormenorizada junto ao Estudo Técnico Preliminar, apêndice do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais:

5.4 Indicação de marcas ou modelos

5.4.1 Na presente contratação não haverá vedação marca, desde que o produto ofertado atenda na íntegra as especificações contidas na descrição do objeto.

5.5 Subcontratação

5.5.1 É vedada a subcontratação do objeto.

5.6 Garantia da contratação

5.6.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.7 Da exigência de amostra

5.7.1 Dispensa-se a apresentação de amostra técnica para o referido processo licitatório, sendo que a conferência do produto dar-se-á somente no ato de sua entrega, desde que atenda as condições previstas neste Termo de Referência, em Edital e Contrato.

5.8 Obrigações das Partes

5.8.1 Da Contratada

5.8.1.1 Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.8.1.2 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.8.1.3 Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.8.1.4 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.8.1.5 Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.8.1.6 Entregar o produto em devidas condições, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.8.1.6.1 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.8.1.6.2 Apresentar alterações na cor e odor do produto.

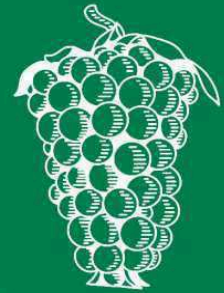
5.8.1.7 Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.8.1.8 Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.8.1.9 Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.8.1.10 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.8.1.11 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente



ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.8.1.12 Acatar as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.8.2 Da Contratante

5.8.2.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.8.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.8.2.3 Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.8.2.4 Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.8.2.5 Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.9 Infrações e Sanções

5.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.9.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

5.9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.8.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.8.2.1.1. advertência;

5.8.2.1.2. multa;

5.8.2.1.3. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.8.2.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.8.2.1.5. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.8.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.8.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.8.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.8.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.8.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.8.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais



grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

5.8.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.8.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.8.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.8.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.8.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.8.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.8.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.8.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.8.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.9. Severidade

5.9.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

5.9.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.9.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.9.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.



No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.10. Moratória

5.10.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.10.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.10.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.10.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.10.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.10.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

5.10.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. A entrega do produto deverá ser efetivada em até 05 (Cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência por parte da Contratada da emissão de Empenho pela Contratante, diretamente no local indicado pela Unidade Requisitante.

6.1.2. O produto deverá ter a vida útil mínima de 80% na data de entrega.

6.1.3. A aquisição será fracionada, e poderá ser efetuada nas formas de pacote ou a granel (Quilo), em conformidade a demanda da Unidade Requisitante;

6.1.3.1. Quando o fornecimento recair na forma a granel, o produto deve ser entregue devidamente embalado.

6.1.4. O produto deverá ser entregue obrigatoriamente em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis para recebimento: 08hrs00min às 11hrs00min – 13hrs30min às 16hrs30min.

6.1.5. Os locais de entrega estão localizados nos limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, incluso seus Distritos e Comunidades.

6.1.6. O produto, de forma sumária em conformidade a Lei nº 14.133/2021, terá recebimento provisório.

6.1.6.1. O recebimento provisório possui por finalidade assegurar a Unidade Requisitante a devida aferição da especificação técnica do produto.

6.2. Garantia

6.2.1. A garantia dos materiais devem seguir o Código de Defesa do Consumidor.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas



consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

- Fiscal:

Titular:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Alessandro Eduardo Mendes	Veterinário	1779

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Solange Cristina Jacometto Wolochen	Diretor Do Departamento De Proteção E Bem-Estar Animal	10526

- Responsável pelo recebimento:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Cesar Mantovani	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos	10180
Solange Cristina Jacometto Wolochen	Diretor Do Departamento De Proteção E Bem-Estar Animal	10526

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (Dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5 Liquidação

8.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

8.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

8.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de



cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6 Forma de pagamento

8.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na



modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM.

9.1.2 Em atendimento ao Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, este processo licitatório será exclusivo à participação de MEI, ME, e EPP.

9.1.3. Em conformidade ao § 3, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório dará prioridade local na contratação, com o objetivo de fomento de políticas públicas através do incremento na arrecadação de impostos à Fazenda Municipal, e o desenvolvimento econômico-social através de geração de emprego e renda.

9.1.2.1 De acordo com relatório CNAE, anexo ao Processo Administrativo nº 3194/2026, aferiu-se acentuada quantidade de fornecedores capazes para atender a referida prioridade.

9.1.2.2 Entende-se local: limites geográficos do município de Marialva – PR, suas regiões distritais e demais comunidades.

9.2 Exigências de habilitação

9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.2.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

9.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.1.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;

9.2.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.2.1.2.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.2.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

9.2.1.2.5. Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante, para a



atividade desenvolvida pela empresa: fabricação, importação, armazenamento, distribuição e/ou comércio atacadista de medicamentos, cosméticos, correlatos.

9.2.1.2.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.2.1.2.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.1.2.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.2.1.2.9. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.2.1.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.2.1.2.11. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.2.1.3. Documentação complementar:

9.2.1.3.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.2.1.3.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo para a aquisição solicitada com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 11.060,00 (Onze Mil e Sessenta Reais), conforme apurado em Demonstrativo de Formulação de Preços colacionado em Processo Administrativo nº 3194/2026.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto ao Processo Administrativo nº 3194/2026.

Marialva – PR, 10 de junho de 2026.



APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos desta municipalidade de Marialva – PR tem buscado manter serviço veterinário com primícias qualidade e eficiência, onde coadunando-se aos investimentos em castrações, atendimentos de urgência e emergência terceirizados, a aquisição de ração para cães mostra-se necessária para promover o devido atendimento aos animais em processo de recuperação, para posterior adoção.

Nota-se que, a alimentação é fator fundamental na reabilitação dos animais, posteriori, aos serviços de urgência e emergência aos quais os mesmos foram submetidos.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa pontual, com possibilidade de tornar-se recorrente, a partir da continuidade do serviço ofertado.

Em conformidade ao Artigo 06, do Decreto 8087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratação, com a finalidade de pautar e racionalizar as aquisições e demais contratações dos órgãos e entidades sob a sua responsabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a necessidade de aquisição de ração, considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, onde, constantemente, acolhe vários animais que sofreram acidentes no município, mantendo seus cuidados, após atendimento veterinário, até posterior adoção dos mesmos. Nota-se ainda, que o abrigo pode durar por vários meses até que o evento da adoção venha a ocorrer.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a especificação técnica e quantidade pretendidas, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida aquisição de forma eficaz.



7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 11.060,00 (Onze mil e sessenta reais).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Face a necessidade apontada, a aquisição pretendida efetuada através de Pregão, em sua forma eletrônica, com o fornecimento previsto por fracionamento, impedirá a perda devido ao prazo de validade, atendendo assim plenamente a necessidade pela previstas.

9. JUSTIFICATIVA PARA A PRIORIDADE LOCAL DE CONTRATAÇÃO COM FULCRO NO § 3, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E A EXCLUSIVIDADE A PARTICIPAÇÃO DE ME, MEI E EPP.

Procedimento licitatório dará prioridade local na contratação, amparado no § 3, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, com a finalidade de fomento de políticas públicas através do incremento na arrecadação de impostos à Fazenda Municipal, e o desenvolvimento econômico-social através de geração de emprego e renda.

De acordo com relatório CNAE, anexo ao Processo Administrativo nº 3194/2026, aferiu-se acentuada quantidade de fornecedores capazes para atender a referida prioridade.

Entende-se local: limites geográficos do município de Marialva – PR, suas regiões distritais e demais comunidades.

Ainda, conforme previsto no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o referido processo licitatório será exclusivo a participação de ME, MEI e EPP.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta aquisição pretende-se manter as ações nos atendimentos veterinário por esta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

De acordo com estudos essas contratação não têm impactos ambientais;

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, entende-se que a aquisição do serviço pretendido torna-se viável para atender a finalidade proposta.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DB07-EBC5-87EE-6903

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA ANGELICA VICENTE INACIO (CPF 072.XXX.XXX-95) em 12/06/2026 10:15:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CESAR MANTOVANI (CPF 848.XXX.XXX-91) em 12/06/2026 11:15:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/DB07-EBC5-87EE-6903>